

GLOBALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AÇÃO LOCAL: O CASO DA AGRICULTURA ORGÂNICA¹

Renato Linhares de Assis²

RESUMO

A visão tradicional de desenvolvimento restringe-se à dimensão econômica. O debate sobre a sustentabilidade desse processo agrega as dimensões sociais e ambientais, chegando ao conceito de desenvolvimento sustentável, que é visto como um meio de obter qualidade de vida, respeitando as características culturais e os limites ecológicos. A globalização da economia tem acirrado a seletividade histórica do processo de desenvolvimento econômico, mas considerando que as decisões capitalistas são tomadas com base em características locais, discutem-se as possibilidades para o estabelecimento de políticas de desenvolvimento local, tendo como base a difusão de sistemas agroecológicos de produção.

Palavras-chave: agroecologia, mercado orgânico, agricultura familiar.

GLOBALIZATION, SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND LOCAL ACTION: THE CASE OF THE ORGANIC AGRICULTURE

ABSTRACT

The traditional vision of the development is limited to the economical dimension. The debate on the sustainability of this process joins the social and environmental dimensions, establishing the concept of sustainable development, that is seen as a way to obtain life quality, respecting the cultural characteristics and the ecological limits. The globalization of the economy has incited the historical selectivity of the process of economical development, but considering that the capitalist decisions are made based on local characteristics, the possibilities to establish politics for local development are discussed based on the diffusion of agroecological production systems.

Key-words: agroecology, organic trade, family agriculture.

¹ Aceito para publicação em setembro de 2002.

² Engenheiro agrônomo, Doutor em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente IE-Unicamp, Pesquisador da Embrapa Agrobiologia, Cx. Postal 74505, Seropédica, RJ, CEP 23851-970, Tel.: (021)682-1500, Fax: (021)682-1230. E-mail: renato@cnpab.embrapa.br

INTRODUÇÃO

O reconhecimento da importância da questão ambiental tem determinado uma discussão cada vez maior sobre os padrões de desenvolvimento sustentável e as implicações das interações entre suas diferentes dimensões: econômica, social, ambiental e cultural. Com o acirramento do processo de globalização, esta discussão ganha cores mais fortes à medida que a seletividade histórica do processo de desenvolvimento econômico torna-se mais evidente, ampliando-se as desigualdades sociais entre incluídos e excluídos. Isto tem favorecido um aumento no processo de degradação ambiental nas regiões mais pobres, onde as populações têm sido, via de regra, impelidas a utilizar os recursos naturais de forma açodada.

Uma nuance importante do processo de globalização, porém, é de que apesar de caracterizarem-se por uma busca de homogeneização dos padrões de consumo, as decisões capitalistas são tomadas com base em características locais, deixando espaço para o estabelecimento de políticas de desenvolvimento, a partir de uma ação que valorize as especificidades dos diferentes locais.

O caso da agricultura apresenta boa oportunidade para ampliar essa discussão, pois, nesse setor da economia, o mau uso dos recursos naturais ao longo do processo produtivo não representa somente uma externalidade decorrente da degradação dos recursos ambientais, mas também um aumento nos custos de produção em função de uma maior demanda por insumos que esta degradação provoca. Além disso, movimentos de agricultura alternativos ao atualmente predominante, baseados em princípios agroecológicos cuja premissa básica é o estabelecimento de um processo de produção que não agrida o meio ambiente, apresentam-se como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável de agricultores familiares a partir de uma ação local, na medida em que esses movimentos procuram estabelecer uma maior aproximação entre agricultores e consumidores a partir de uma racionalização do processo de comercialização.

Assim, pretende-se estabelecer uma discussão, apresentando-se inicialmente um debate sobre os conceitos de desenvolvimento econômico e sustentabilidade, para então chegar às possibilidades para a implementação de um

processo de desenvolvimento sustentável com a globalização da economia, onde a agricultura é utilizada para exemplificar as especificidades deste processo.

SOBRE OS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE

A noção de desenvolvimento econômico tem sua origem no período mercantilista do capitalismo no século 17, quando o fundamental era o engrandecimento do Estado e não das pessoas, e o que determinava o sucesso era o poder de um Estado diante de outro e não o progresso dos indivíduos que compunham sua sociedade. Essa noção tem perdurado até hoje na visão tradicional de desenvolvimento, que o observa sob um foco estritamente monetário, considerando-o como reflexo natural do crescimento econômico, ou seja, que o crescimento das forças produtivas é garantia *per se* para que o desenvolvimento ocorra. Assim, o enfoque tradicional desenvolvimentista considera que se pode elevar indefinidamente o nível de riqueza material, sendo o crescimento econômico condição suficiente para o atingimento da meta do desenvolvimento econômico.

Historicamente, o capitalismo, assim como também o fez o socialismo, tem sempre objetivado como padrão de desenvolvimento ideal o estabelecido a partir da sociedade européia ocidental. Determinando, a priori, uma necessidade de homogeneização ambiental e sociocultural entre os povos como forma de favorecer a eficiência econômica, sendo a industrialização considerada como o único caminho para o atingimento do desenvolvimento econômico, cujo estágio encontre-se o fator para se caracterizar uma sociedade como atrasada ou não, desconsiderando-se suas características histórico-culturais, bem como suas reais necessidades de bem-estar.

Nos países subdesenvolvidos, esse padrão de desenvolvimento determinou um comportamento de mimetismo em relação ao estilo de vida e padrões de consumo dos países desenvolvidos, em busca de algo que Furtado (1974) definiu como o mito do desenvolvimento, na medida em que, para ele, “as economias periféricas jamais serão desenvolvidas, no sentido de serem similares às economias do centro”, mas é esta ilusão que tem desviado a atenção dos povos de suas necessidades fundamentais e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento.

Com o fortalecimento da questão ecológica a partir da crise da década de 80³, confirmou-se que o padrão tecnológico dominante nos países desenvolvidos não era passível de generalização em escala mundial, determinando, como coloca Romeiro (1991), a necessidade de um processo de crescimento econômico qualitativamente distinto para superação do subdesenvolvimento. Processo este em que a racionalidade microeconômica de agentes privados seja submetida a uma racionalidade macrosocial que garanta a justiça social e a conservação dos recursos naturais, de forma a assegurar níveis de bem-estar satisfatórios nas sociedades atuais e futuras.

Tem-se buscado então um processo de desenvolvimento que tenha como base um crescimento econômico⁴ que possibilite a manutenção ou aumento, ao longo do tempo, do conjunto de bens econômicos, ecológicos e socioculturais, sem o que o desenvolvimento econômico não é sustentável, ou seja, é necessário aliar de forma interdependente ao crescimento econômico, justiça social e conservação dos recursos naturais⁵.

³ No entanto, o surgimento da questão ecológica, explicitando custos não contabilizados dos processos produtivos, assim como a apresentação de alternativas de desenvolvimento, começaram a ser apresentadas antes disso. Inicialmente na década de 60, sob a forma de denúncias, como as do livro de 1962 de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, pioneiro nesse assunto. Posteriormente, essas denúncias foram reconhecidas de público com a primeira edição da conferência mundial sobre meio ambiente em Estocolmo, no ano de 1972, marco a partir do qual a questão ambiental passa a adquirir aspectos de enfrentamento entre os que proclamavam a necessidade de estabelecimento de limites ao crescimento econômico em função do esgotamento dos recursos naturais e da capacidade de suporte do planeta ao aumento da poluição, e os que acreditavam na solução de qualquer problema ambiental através da capacidade humana expressa na evolução tecnológica. Em 1992, com a segunda edição da conferência mundial do meio ambiente no Rio de Janeiro, observou-se um enfraquecimento dessas visões polarizadas, convergindo-se então para um aprofundamento de uma visão crítica à idéia de que o crescimento econômico seria condição suficiente para o desenvolvimento econômico, percebendo-se que essa exclusividade podia ser extremamente excludente.

⁴ “Devemos ter o cuidado em distinguir entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento econômico, que é um aumento em quantidade, não pode ser sustentável indefinidamente em um planeta finito. O desenvolvimento econômico, que é uma melhora da qualidade de vida sem causar necessariamente um aumento na quantidade dos recursos consumidos, pode ser sustentável” (Constanza, 1994).

⁵ Conforme coloca Rattner (1992), “a consecução de um desenvolvimento que seja efetivamente sustentável, via simples retomada do crescimento econômico convencional combinado com medidas de proteção ou conservação do meio ambiente (contabilização de custos ambientais, cobrança de custos de restauração, etc.), representa uma auto-ilusão ou mistificação”.

Essas idéias têm sido apresentadas como as bases do conceito do que se tem chamado de desenvolvimento sustentável, e surgem como reflexo de como as atividades econômicas têm se relacionado com a natureza (Daly, 1996), tendo como eixo central a melhoria da qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas. Na sua consecução, as pessoas, ao mesmo tempo que são beneficiárias, são também instrumentos do processo, sendo seu envolvimento um ponto fundamental para o atingimento do sucesso desejado, especialmente no que se refere à questão ambiental, à medida que as populações mais pobres, ao mesmo tempo que são as mais atingidas pela degradação ambiental, são também, em função do desprovimento de recursos e da ignorância, muitas vezes as que mais degradam.

Assim, de acordo com o conceito de desenvolvimento sustentável, para que o mesmo seja implementado é necessário visar a harmonia e a racionalidade não somente entre o homem e a natureza, mas principalmente entre os seres humanos. As pessoas devem ser sujeito no processo de desenvolvimento, o qual deve ser visto não como fim em si mesmo, mas como meio de se obter, respeitando-se as características étnico-culturais, melhoria de qualidade de vida para diferentes populações, especialmente as mais pobres.

Para tanto, as ações desenvolvimentistas devem ser pautadas no conceito de desenvolvimento local⁶, à medida que as decisões capitalistas, mesmo em uma economia globalizada, são tomadas em função de condicionantes locais, facilitando, assim, ações que priorizem investimentos e programas que tenham como lastro projetos e tecnologias que procurem sempre despertar solidariedade e mobilização por objetivos comuns nos grupos envolvidos.

⁶ “O desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade.” (Buarque, 2002).

GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A experiência tem demonstrado que a elevação do nível de vida material, expressa pelo aumento no padrão global de consumo, não determina necessariamente um enriquecimento da vida como um todo, representa antes, com freqüência, um aumento do desperdício de certas faixas de consumo, o qual não se diversifica por toda sociedade. Com a globalização⁷ da economia, isto se acirra, estabelecendo um universo de desigualdades, tensões e antagonismos, aumentando ainda mais a distância entre ricos e pobres⁸, significando que a expansão das forças produtivas não necessariamente se traduz em recursos que poderiam ser empregados para o crescimento da sociedade.

A legitimação das ações globalizantes se dá a partir da hegemonia do pensamento neoliberal, justificando e viabilizando a vitória da eficiência sobre a solidariedade através de um individualismo possessivo e consumista. Os ideais de liberdade são reduzidos à busca de liberação econômica, o que na prática significa desproteção. Para os países em desenvolvimento, isto significa a inviabilização de qualquer coordenação do processo de desenvolvimento e o aumento crescente da vinculação dos condicionantes internos da economia a fatores externos aos espaços nacionais.

A expressão dessa vinculação está no risco sempre presente de fuga de capitais, que tem levado as nações pobres a utilizarem como atrativo, para a manutenção destes, a prática de taxas de juros domésticas muito altas, que por

⁷ O processo de integração econômica vem se processando de forma constante desde a década de 50 como resultado da progressão acelerada das relações entre agentes econômicos situados nos mais diversos pontos do planeta, representando, antes de tudo, a queda generalizada dos custos de transação internacionais desses mesmos agentes, mas é com o fim da era de Bretton Woods no início da década de 70 e as crises que se sucederam nos anos 70 e 80, que o processo ganha força, adquirindo caráter global com a entrada, de forma cada vez mais forte, dos países em desenvolvimento no processo.

⁸ “Os sistemas econômicos de grandes dimensões territoriais e acentuadas disparidades regionais e estruturais - Brasil, Índia e China aparecem em primeiro plano - dificilmente sobreviverão se perdem a força coesiva gerada pela expansão do mercado interno. Nesses casos, por mais importante que seja a inserção internacional, esta não é suficiente para dinamizar o sistema econômico. Num mundo dominado por empresas transnacionais, esses sistemas heterogêneos somente sobrevivem e crescem por uma vontade política apoiada em um projeto com raízes históricas.” (Furtado, 1998).

consequente compromete o crescimento econômico ao inibir investimentos produtivos, restringindo a demanda agregada por bens de salário e capital, gerando recessão e desemprego. A saída visível para o rompimento com esse processo estaria na busca de ganhos de produtividade que impulsionassem o aumento do volume de exportações dessas nações, como forma de equilibrar a balança de pagamentos. Esta saída, porém, é ofuscada pela baixa competitividade internacional dos países subdesenvolvidos, expressa na dificuldade destes países em atrair investimentos diretos estrangeiros numa economia globalizada.

Assim, com a globalização, acirra-se a seletividade histórica do processo de desenvolvimento econômico, aumentando a polarização da economia mundial entre incluídos e excluídos. Isto ocorre não só entre países como também entre regiões de um mesmo país, o que aliado à competição exacerbada, então vigente, estabelece o combustível para a fragmentação do poder dos Estados nacionais.

Contudo, com o encolhimento virtual do globo, a uniformização de padrões que se dá ocorre a partir de determinantes locais, na medida em que os atores globais determinam suas estratégias de atuação em função de vantagens ou desvantagens locais. Em outras palavras, a busca é por homogeneização, mas as decisões capitalistas são motivadas por características locais.

Esta nuance da globalização é fundamental para a discussão de possibilidades de implementação do desenvolvimento sustentável na era da globalização, na medida em que esta não deixa espaço para políticas de desenvolvimento centralizadas e com barreiras e restrições à movimentação do capital internacional, mas ao determinar a movimentação deste, em função de condicionantes locais, abre espaço para políticas de desenvolvimento com base em estratégias que realcem suas especificidades locais e busquem o desenvolvimento dos seres humanos.

Com isso, um ponto que tem surgido como fundamental para estratégias de desenvolvimento econômico na era da globalização é o provimento de infraestruturas que garantam o desenvolvimento do conhecimento humano, à medida que este assume hoje, mais do que antes, papel preponderante na eficiência econômica das empresas que atuam num mercado mundial, onde a velocidade de circulação das informações é cada vez mais rápida, tornando, o que hoje é um produto moderno, obsoleto amanhã.

Assim, o conhecimento humano é a grande qualidade locacional determinante da movimentação de capitais e investimentos das empresas transnacionais na era da globalização, e a ação destas ocorre no mercado (mundial), buscando, através do conhecimento humano e de economias de escala, investir maciçamente em pesquisa e desenvolvimento, seja para preservar posições ou conquistar novos mercados. Contraditoriamente, porém, a movimentação dos atores globais não se dá no sentido de implementar condições econômicas para que esta qualidade locacional se concretize, tendo em vista que sua geração se dá fora do âmbito do mercado, qual seja, em função de determinantes sociais.

Para o atingimento da meta do desenvolvimento sustentável a partir de uma ação local, igualmente o principal fator a determiná-lo ou restringi-lo em determinada região é a competência técnica de seus habitantes, competência que deve ser desenvolvida visando os interesses locais. Isto, porém, somente será possível através de investimentos públicos em educação, ciência e tecnologia. No entanto, a ação das empresas transnacionais e a desterritorialização das decisões têm enfraquecido o poder dos Estados nacionais, efeito sentido com vigor extremamente maior nos países subdesenvolvidos, que têm o seu acesso à tecnologia dificultado pelas relações de forças internacionais favoráveis aos países desenvolvidos.

Esta, sem dúvida, é a grande dificuldade que a globalização coloca para a implementação de um desenvolvimento sustentável. Considerando que a ação local talvez seja o principal espaço que surge para a implementação desse desafio, essa implementação não pode se dar de forma descoordenada, sob pena da globalização seguir pelo caminho natural e histórico da acumulação capitalista de aumento crescente de desigualdade e exclusão social, e de que, mais do que antes, a “sustentabilidade” do desenvolvimento dos países do chamado primeiro mundo se deva ao subdesenvolvimento em outras áreas. Com o agravante de que nos países subdesenvolvidos, em especial, o fortalecimento do poder local, quando não precedido de uma participação efetiva e democrática das comunidades envolvidas, tende a revigorar o poder conservador das classes dominantes locais.

O desvio desse caminho só será possível com o fim da passividade com que os Estados nacionais têm-se colocado diante da globalização, especialmente dos países subdesenvolvidos. A fragmentação do poder nacional, aliada ao

poder de decisão de investir vinculado aos interesses das empresas transnacionais, perpetua mecanismos de exclusão social ao mesmo tempo que inviabiliza o fortalecimento de mercados regionais, que favoreçam investimentos econômicos vinculados às necessidades socioculturais locais e à disponibilidade de recursos naturais das diferentes regiões.

O processo descoordenado de captação de recursos financeiros transnacionais, aliado à competição inter-regional e ao fortalecimento dos mecanismos de mercado em detrimento do poder político e dos valores socioculturais, provocam o rompimento com os laços de solidariedade e a fragmentação da sociedade nacional, maximizando as diferenças e a concorrência entre as regiões, que em busca de investimentos internacionais articulam-se diretamente com empresas transnacionais, as quais, aproveitando-se da descoordenação do processo, conseguem favorecer ainda mais seus interesses.

Entretanto, um processo coordenado de autodescobrimento das diferentes localidades de uma nação, que leve a investimentos em infra-estruturas que favoreçam o desenvolvimento humano local, podem ao mesmo tempo tornar-se um atrativo aos fluxos internacionais de fatores. Efeito semelhante pode ser determinado com acordos de integração regional, em que, ao mesmo tempo que se busca facilitar o acesso mútuo aos mercados internos, criam-se anteparos comuns contra a concorrência dos atores globais, como forma de permitir ganhos de economia de escala e vantagens comparativas intrabloços. No caso desses ganhos serem relevantes, é possível que o regionalismo estimule os investimentos globais, porém, agora em outras bases.

AGRICULTURA E SUSTENTABILIDADE

A tríade da necessidade de eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica, base da consecução do desenvolvimento sustentável, apresenta-se com força ainda maior na aplicação do conceito de sustentabilidade na agricultura. Isto se dá na medida em que no setor agrícola os reflexos da crise ambiental não representam apenas uma externalidade, sendo percebidos diretamente com perdas de produtividade em função da degradação ambiental, decorrendo numa maior demanda por insumos (adubos e agrotóxicos principalmente), elevando os custos de produção.

No entanto, apesar dessa ligação umbilical da agricultura com o meio ambiente, o momento dos primeiros questionamentos e reconhecimento público dos problemas ambientais, registrados na décadas de 60 e 70, provocados pela busca desenfreada do crescimento econômico ocorrida após a Segunda Guerra Mundial, se deu quando a agricultura estava em plena fase de intensificação e modernização acelerada, estabelecendo-se um pensamento quase generalizado no planeta de que a degradação ambiental decorrente das práticas agrícolas era um mal necessário em função da necessidade de produção de alimentos em abundância, ou mesmo de alguns que acreditavam que em longo prazo a humanidade poderia, através do progresso técnico, dispor da agricultura e passar a sintetizar seus alimentos⁹.

Foi a época daquela que ficou conhecida como Revolução Verde, quando se buscou, através da disseminação de alguns poucos tipos de cultivares e híbridos de elevada produtividade, aliada à intensificação do uso de adubos minerais concentrados, agrotóxicos e mecanização, reproduzir na agricultura o modo de produção industrial. Extremou-se o desejo precípua de qualquer agricultor, enquanto empreendedor econômico, de simplificar sua atividade, em contraste com a demanda ambiental de maior complexidade como forma de manter a sustentabilidade, desprezando as experiências seculares das sociedades camponesas tradicionais, onde, conforme Romeiro (1998), a lógica da complexificação derivava de um imperativo de sobrevivência diante de fontes exógenas de energia.

A tendência à simplificação do meio ambiente é uma questão inerente da atividade agrícola, na medida que essa facilita a supervisão e controle do processo de trabalho. Assim, a complexidade relativa das sociedades camponesas tradicionais apresentava-se como um ônus para o processo de intensificação da produção agrícola, que a partir da sua simplificação viabilizou sua obtenção em grandes extensões de terra, sob a justificativa da necessidade de ganho de escala como única forma de aumentar a produção de alimentos e, assim, solucionar o problema da fome.

Ao contrário, porém, a partir do final da década de 80, esse processo se mostrou extremamente danoso, particularmente para os países subdesenvol-

⁹ “A ligação entre agricultura e meio ambiente foi, até o fim dos anos 80, um assunto tabu, no qual os problemas ambientais eram apenas industriais, urbanos e ecológicos.” (Billaud, 1995).

vidos, onde essa “industrialização” da agricultura determinou um aumento crescente de problemas de degradação ambiental, aliado a uma maior concentração da posse da terra e exclusão social, aumentando, opostamente ao desejado, em razão da má distribuição da abundância gerada, o número de famintos no mundo. Paralelamente, os sinais de esgotamento do modelo de produção preconizado pela Revolução Verde puderam ser percebidos também pelo aumento crescente da demanda por práticas alternativas, ecologicamente equilibradas, para a produção agrícola, assim como pelo também crescente, reconhecimento científico do potencial dessas práticas (United States Department of Agriculture, 1984; National Research Council, 1989; Lampkin, 1990; Ehlers, 1996).

Essas práticas alternativas agroecológicas, a princípio, têm sido desenvolvidas desde a década de 20 através do movimento biodinâmico. Porém, foi a partir da década de 60 que as iniciativas passaram a ter um âmbito mundial (Assis, 1993). As reações, desde então, foram predominantemente no sentido de ridicularizar essas práticas e de colocar seus proponentes na categoria de retrógrados e de defensores românticos de uma volta ao passado. Hoje, essas práticas alternativas agroecológicas, expressas através de diferentes correntes¹⁰, mostram-se ainda dentro de um espaço periférico da agricultura mundial, mas já não suscitam em seus opositores o mesmo discurso implacável, principalmente depois, como cita Ehlers (1996), que o Conselho Nacional de Pesquisa dos EUA afirmou que os sistemas alternativos podem reduzir os custos de produção e ser tão rentáveis quanto os sistemas convencionais.

Práticas agroecológicas, na medida que possuem como premissa básica uma produção agrícola que não agrida o meio ambiente, são sistemas que resgatam a lógica da complexificação presente nas sociedades camponesas tradicionais, agora sob novas bases tecnológicas e econômicas, conforme diversos trabalhos de pesquisa têm demonstrado ser possível (United States Department of Agriculture, 1984; Dulley & Carmo, 1987; National Research Council, 1989; Altieri, 1989; Lampkin, 1990, Lampkin & Padel, 1994; Almeida, 1998). O que integra propostas agroecológicas¹¹ com outras voltadas a desenvolver a agricultura familiar.

¹⁰ Ver a esse respeito Jesus (1985) e Canuto (1998).

¹¹ Os princípios dessas propostas estão expressos na seguinte colocação de Altieri (1989): “o fator final necessário a uma agricultura ecológica é um ser humano desenvolvido e consciente, com atitudes de coexistência e não de exploração para com a natureza”.

Observa-se, hoje, sistemas de produção orgânicos empregados em diferentes condições ambientais, apresentando resultados satisfatórios do ponto de vista ecológico, agrônômico, econômico e social (Carmo et al., 1988; Assis, 1993; Nascimento Júnior, 1995; Almeida, 1998; Carmo & Magalhães, 1999; Darolt, 1999; Ndiaye et al., 1999). Aliado a isto, um mercado específico dessa produção tem tido um crescimento vertiginoso. (Lampkin, 1995; Fonseca, 2000; Almeida et al., 2001; Assis, 2002).

A agricultura orgânica tem por princípio estabelecer sistemas de produção com base em tecnologias de processos, ou seja, um conjunto de procedimentos que envolvam a planta, o solo e as condições climáticas, produzindo um alimento sadio e com suas características e sabor originais, que atenda as expectativas do consumidor (Penteado, 2000). Todavia, segundo Assis (2002), a agricultura orgânica refere-se a um modelo de produção agrícola, ou a uma prática agrícola, cujas características técnicas são definidas em função do contexto social em que a mesma se insere, considerando o tipo de agricultor envolvido, seu estrato social e a sua interação com o mercado.

Assim, verifica-se que o atendimento à premissa agroecológica presente na definição anterior de uma agricultura orgânica, baseada em tecnologias de processo, ocorre de forma variável em função de como se dá a construção social dessa prática agrícola, havendo uma maior facilidade ao atendimento dessa premissa junto a sistemas familiares de produção. Isto é possível à medida que a escala de produção e o maior envolvimento direto do produtor favorece a conciliação entre a complexificação desejada e a supervisão e controle do processo de trabalho necessários, sendo grande o potencial da utilização de modelos de produção orgânica no desenvolvimento da agricultura familiar, especialmente junto aos produtores de menor nível de capitalização (Assis, 2002).

Contudo, agricultores familiares apresentam dificuldades de obtenção de informações e de organização, que se apresentam como importante restrição a implementação de um processo de desenvolvimento agrícola que tenha como foco a agricultura orgânica. Dessa forma, a atuação do poder público, com políticas específicas voltadas a promover esse processo junto a esse estrato socioeconômico de agricultores, é fundamental para que o mesmo ocorra de forma mais ampla.

Esse apoio deve ocorrer, principalmente, mediante mecanismos de crédito agrícola adaptados à realidade da produção agrícola familiar, assistência téc-

nica capacitada em agricultura orgânica, e a viabilização de canais de comercialização para uma produção agrícola diversificada, ao mesmo tempo em que aproxime produtores e consumidores, reduzindo o espaço de atuação de intermediários nesse processo.

Essa ação do poder público, porém, deve ocorrer a partir da articulação entre as decisões locais e as demandas sociais, de forma a reforçar a proposta de ação local como alternativa para o desenvolvimento sustentável, ou seja, deve-se buscar a viabilização de mercados locais a partir de uma ação coordenada de aproximação e orquestramento de interesses entre os agricultores familiares, tradicionalmente envolvidos com o espaço local, comerciantes e consumidores locais.

Considera-se, ainda, que o processo de adoção de sistemas agroecológicos de produção não pode ser entendido como dependente exclusivamente da decisão do agricultor, devendo ser levado em consideração o contexto sociopolítico em que o processo ocorre. Assim, a aproximação entre produtores, comerciantes e consumidores locais ao revelar interesses comuns amplia o espectro de pessoas envolvidas e comprometidas com a proposta de desenvolvimento sustentável anteriormente comentada.

Outro ponto importante é que os agricultores familiares têm, por meio de práticas agoecológicas, a possibilidade de agregar valor aos seus produtos, em função de sua diferenciação ecológica, e assim participar efetivamente dos mercados nacionais e internacionais de alimentos de qualidade, atendendo a demandas por alimentos agroecológicos (Lampkin, 1990; Assis, 1993; Harkaly, 1998), através de uma oferta crescente de produtos¹². Essa inserção é importante porque possibilita que sejam explorados os espaços deixados pela globalização ao “reduzir” distâncias e aproximar diferentes povos, ao mesmo tempo que permite afastar o risco, citado por Lang (1996), de que a agricultura sustentável base-

¹² “Os produtos com sabor e qualidade, uma das tendências emergentes do padrão de consumo, abrem perspectivas a esses agricultores, visando não só a onda por produtos naturais/orgânicos, mas também aqueles de caráter regional e especiais, em atendimento aos mercados diversificados e sofisticados. O fato de esses produtos apresentarem diferenciação qualitativa em relação aos convencionais, agrega-lhes um diferencial de valor de venda, fato que nem sempre é acompanhado de maiores custos de produção. Normalmente, é o emprego de mão-de-obra familiar e o uso de insumos produzidos internamente na fazenda que viabilizam a permanência desses agricultores no longo prazo.” (Carmo, 1998).

ada em práticas agroecológicas torne-se um gueto, restringindo-se a mercados restritos e pouco diversificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção de um projeto político nacional coordenado, baseado na disseminação de experiências de desenvolvimento que considerem não só a dimensão econômica mas também as dimensões sociais e ambientais, tendo como foco principal o desenvolvimento humano e as potencialidades locais, é um caminho possível para o atingimento do desenvolvimento sustentável, especialmente nos países em desenvolvimento, sendo o caminho para tirar da exclusão social a população marginalizada, incorporando-a ao processo produtivo. Porém é ao mesmo tempo um grande desafio, na medida em que esbarra num quadro atual de crise financeira e fiscal de caráter global e na ideologia liberal dominante que estabelece o setor público como grande vilão dessa crise, desmontando-o, em especial os setores de pesquisa e planejamento essenciais para o desenvolvimento.

Apresenta-se então como fundamental para a implementação dessa proposta de desenvolvimento sustentável, a partir da ação local, o resgate do poder regulador dos Estados nacionais, juntamente com o fortalecimento da democracia, que com as irracionalidades econômicas produzidas na era da globalização, têm sido enfraquecidos em favor do poder dos agentes transnacionais. Deixar o processo de desenvolvimento à mercê das forças de mercado e, conseqüentemente, dessas irracionalidades, significa excluir valores fundamentais para a sustentabilidade como equidade e solidariedade intra e intergerações.

Na agricultura, o modelo de produção baseado em tecnologias difundidas a partir da Revolução Verde tem dado sinais de esgotamento, como exclusão social e aumento da degradação ambiental, determinando elevação dos custos de produção. Entretanto, sistemas alternativos de produção baseados em princípios agroecológicos têm sido cada vez mais aceitos e respaldados pela comunidade científica como opção para garantia de segurança alimentar, combate a pobreza, e conservação ambiental, sendo para isso a agricultura familiar considerada como espaço ideal para a prática desses princípios, que preenchem a lacuna, até então existente, de tecnologias adaptadas às reais necessidades dos agricultores familiares.

Ao mesmo tempo, a agricultura familiar, em função de sua escala econômica, tem uma inerente vinculação com o espaço local, favorecendo a formação de mercados regionais a montante e a jusante de sua atividade, possibilitando a integração de interesses entre produtores, comerciantes e consumidores, componente importante para a proposta de desenvolvimento sustentável a partir da ação local, à medida que fortalece a democratização do poder político, em detrimento do poder de elites locais.

Ademais, na era da globalização tem-se desenvolvido novas sensibilidades culturais sobre a qualidade do consumo, como por exemplo, aquelas relativas à nutrição e à qualidade ambiental, o que as corporações transnacionais, na busca de aumentar seus lucros através da racionalização do processo produtivo, não têm, muitas vezes, atendido satisfatoriamente, o que abre perspectivas para a agricultura familiar através do atendimento desses mercados sofisticados, aproveitando-se da dinâmica de “redução” de distâncias, estabelecida a partir da própria globalização econômica. Isto, sem maiores custos, na medida em que seus produtos se diferenciam pelo processo produtivo em si baseados em princípios agroecológicos adaptados à agricultura familiar.

Possibilita-se assim, através da agricultura, a implementação de um processo coordenado e democratizado de desenvolvimento sustentável baseado numa ação local, sem que este ao mesmo tempo signifique um isolamento e ausência de intercâmbio econômico entre diferentes povos, sendo possível explorar outras oportunidades que favoreçam o processo de desenvolvimento, sem que as pessoas, principais interessadas, deixem de ser o sujeito nesse processo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. L. de. Sistema integrado de produção agroecológica – Fazendinha Agroecológica km 47. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE PRODUÇÃO ORGÂNICA DE HORTALIÇAS, 1., Vitória, 1998. **Anais...** Vitória: Emcapa, 1998. p. 77-94. (Emcapa. Documentos 96).

ALMEIDA, S. G. de; PETERSEN, P.; CORDEIRO, A. **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 122 p.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia - as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA – FASE, 1989. 237 p.

ASSIS, R. L. de. **Agroecologia no Brasil: análise do processo de difusão e perspectivas**. 2002. 150 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ASSIS, R. L. de. **Diagnóstico da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro e propostas para sua difusão**. 1993. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí.

BILLAUD, J. -P. Agricultura sustentável nos países desenvolvidos: conceito aceito e incerto. **Agricultura Sustentável**, Jaguariúna, n. 2, p. 23-33, 1995.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 177 p.

CANUTO, J. C. **Agricultura ecológica em Brasil – perspectivas socioecológicas**. 1998. 200 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC), Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes (ETSIAM), Córdoba.

CARMO, M. S. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 1-15, 1998.

CARMO, M. S. do; COMITRE, V.; DULLEY, R. D. Balanço energético de sistemas de produção na agricultura alternativa. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 87-97, 1988.

CARMO, M. S. do; MAGALHÃES, M. M. Agricultura sustentável: avaliação da eficiência técnica e econômica de atividades agropecuárias selecionadas no sistema não convencional de produção. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 29, n. 7, p. 7-98, 1999.

CONSTANZA, R. Economia ecológica: uma agenda de pesquisa. In: MAY, P. H.; MOTTA, R. S. (Ed.). **Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Campus, 1994. p. 111-144.

DALY, H. E. **Beyond growth**. Boston: Beacon Press, 1996. 253 p.

DAROLT, M. R. Agricultura orgânica: a região metropolitana de Curitiba em destaque. **Agricultura Biodinâmica**, Botucatu, v. 82, p. 42-48, 1999.

DULLEY, R. D.; CARMO, M. S. do. Viabilidade econômica do sistema de produção na agricultura alternativa. **Revista de Economia Rural**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 225-250, 1987.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável** – origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178 p.

FONSECA, M. F. de A. C. **A construção social do mercado de alimentos orgânicos**: estratégias dos diferentes atores da rede de produção e comercialização de frutas, legumes e verduras (FLV) in natura no estado do Rio de Janeiro. 2000. 235 f. Tese (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 83 p.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 117 p.

HARKALY, A. Perspectivas da agricultura orgânica no mercado internacional. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE PRODUÇÃO ORGÂNICA DE HORTALIÇAS, 1., Vitória, 1998. **Anais...** Vitória: Emcapa, 1998. p. 57-66. (Emcapa. Documentos 96).

JESUS, E. L. Histórico e filosofia da agricultura alternativa. **Proposta**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 34-40, 1985.

LAMPKIN, N. Agricultura biológica en Europa. In: SÍTUACION de la agricultura biológica - el setor en España y en Europa. **Boletín de la Asociación Vida Sana para el Fomento de la Cultura y el Desarrollo Biológicos**, Barcelona, p. 6-7, dic. 1995.

LAMPKIN, N. **Organic farming**. Cambridge: Farming Press, 1990. 715 p.

LAMPKIN, N.; PADEL, S. **The economics of organic farming** – an international perspective. Bristol: Cab International, 1994. 468 p.

LANG, T. Globalisation and the challenge to the organic strategy. In: IFOAM INTERNATIONAL SCIENTIFIC CONFERENCE, 11., Copenhagen, 1996. **Proceedings...** Tholey-Theley: IFOAM, 1996. v. 1, p. 199-207.

NASCIMENTO JÚNIOR, D. Agricultura orgânica no Estado de São Paulo. **Agricultura Sustentável**, Jaguariúna, v. 2, n. 2, p. 62-66, 1995.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. **Alternative agriculture**. Washington, D.C.: National Academy Press, 1989. 448 p.

NDIAYE, A.; BAËTA, L. M.; ASSIS, R. L. de; FEIDEN, A. Análise da viabilidade econômica de produção de olerícolas em sistemas agroecológicos de produção. **Agricultura Biodinâmica**, Botucatu, v. 82, p. 33-37, 1999.

PENTEADO, S. R. **Introdução à agricultura orgânica**: normas e técnicas de cultivo. Campinas: Editora Grafimagem, 2000. 110 p.

RATTNER, H. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 30-33, 1992.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento econômico e a questão ambiental: algumas considerações. **Análise Econômica**, Porto Alegre, n. 16, p. 141-152, 1991.

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**, São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998. 277 p.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Relatório e recomendações sobre agricultura orgânica**. Brasília: CNPq, 1984. 128 p.